

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ**  
**367ª/03ª Reunião da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina**  
**ATA DA 367ª/03ª - TERCEIRA REUNIÃO DA CÂMARA DE**  
**FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2022, EM**  
**FORTALEZA-CE.**

Às quinze horas e vinte minutos do dia onze do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, pelo sistema eletrônico de reuniões em nuvem Zoom, ocorreu a terceira Reunião de Câmara de Fiscalização, cujos trabalhos foram coordenados pelo Vice Presidente de Fiscalização José Elielder Clares de Sousa, CRCCE nº-022995/O. Estiveram presentes os Conselheiros: Luiz Rodrigo Ferreira Gomes do Nascimento, CRCCE-016079/O; Marcos Aurélio Tavares, CRCCE-010262/O; Solania Pessoa Veras, CRCCE-023658/O; e Francisco Ronney Araujo Zuza, CRCCE-CE-027211/O, bem como a Coordenadora da Fiscalização, Elen Klezevski Pimentel. O Conselheiro José Elielder Clares de Sousa iniciou a ordem do dia cientificando a câmara sobre os **PROCESSOS ARQUIVADOS POR REGULARIZAÇÃO, NO PRAZO CONCEDIDO PARA APRESENTAÇÃO DA DEFESA, POR MEIO DE DESPACHO DA VICE-PRESIDÊNCIA, NOS TERMOS DO ART. 44, INCISO I DA RES. CFC Nº 1.603/20. PROCESSO nº: 2021/009098 -** [REDACTED] Exercer atividades privativas de profissional da Contabilidade, sem possuir a devida formação profissional (leigo), ao participar como sócio da organização contábil [REDACTED] Art. 20 do DL 9.295/46, c/c Súmula 13 do CFC. **PROCESSO nº: 2021/009099:** [REDACTED] Explorar atividades contábeis através da organização contábil [REDACTED] sem registro cadastral no CRCCE e falta de estruturação legal. Art. 15 do DL 9.295/46, e com Arts. 1º e Art. 3º, incisos I e II CFC 1.555/18. **PROCESSO RELATADO PELO CONSELHEIRO JOSÉ ELIELDER CLARES DE SOUSA. Processo nº 2020/008800 -** [REDACTED] Explorar atividades contábeis sem registro cadastral no CRC-CE, CNAE 69.20-6-01 - ATIVIDADE DE CONTABILIDADE e falta de estruturação legal. Art.15 do DL 9.295/46, c/c Arts. 21, § 1º, e 27 da Res. CFC 1370/11 e com Arts. 1º e Art. 3º, incisos I e II CFC 1.555/18. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 848,00 (Oitocentos e quarenta e oito reais) acrescida de 2/3 ( dois terços), tendo em vista a reincidência do autuado, totalizando o valor de R\$ 1.413,33 ( Um mil quatrocentos e treze reais e três centavos) nos termos da alínea "b" e "g" do Art. 27 do DL 9.295/46, combinado com o art. 56 e art. 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.605/20, considerando que o responsável pela empresa autuada não se manifestou em nenhuma oportunidade para regularização da infração. Decisão: aprovado por unanimidade. **PROCESSO RELATADO PELO CONSELHEIRO MARCOS AURELIO TAVARES. Processo nº 2021/009095 -** [REDACTED] Explorar atividades contábeis em empresa constituída sob a forma de Organização Contábil [REDACTED] sem registro cadastral no CRCCE. Art. 15, do D.Lei 9.295/46, com art. 1º da Res.CFC 1.555/18. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de de R\$ 1.006,00 (um mil e seis reais), prevista no art. 27 "b" do Dec.-Lei nº 9.295/46, com art. 56 e art. 57, da Res. CFC nº 1.603/20 e com Res. CFC 1.605/20, em razão da não regularização da infração, visto que a Organização Contábil [REDACTED] permanece em situação irregular. Decisão: aprovado por unanimidade. **PROCESSO RELATADO PELA CONSELHEIRA SOLANIA PESSOA VERAS. Processo nº 2021/009065 -** [REDACTED] Executar serviços de natureza contábil (conciliação de contas e classificação de despesa) no cargo de Assistente Contábil na organização contábil [REDACTED] sem possuir a devida formação profissional. Art. 20 do DL 9.295/46, c/c Súmula 13 do CFC. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 503,00 (Quinhentos e três reais) conforme alínea "b" do Art. 27 do DL 9.295/46, com art. 56 e art. 57, da Res. CFC1.603/20 e com a Res.1.605/20, considerando que não foi adotada qualquer providência para sanar a infração, há de se concluir pelo

exercício ilegal da profissão. Decisão: aprovado por unanimidade. **PROCESSOS RELATADOS PELO CONSELHEIRO LUIZ RODRIGO FERREIRA GOMES DO NASCIMENTO. Processo nº 2021/009054 -**

Explorar atividades contábeis através da Organização sem o registro cadastral no CRCCE e falta de estruturação legal. Art. 15 do DL 9.295/46, e com Arts. 1º e Art. 3º, incisos I e II CFC 1.555/18. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 2.515,00 (dois mil e quinhentos e quinze reais, referente a 05 (cinco) anuidades previstas no art. 27 "b" do DL 9.295/46. c/c art. 56 e 57, da Res. CFC 1.603/2020 e com a Res. CFC 1.605/2020, em razão da não regularização da infração, visto que a Organização Contábil permanece em situação irregular. Decisão: aprovado por unanimidade.

**Processo nº 2021/009055 -**

Exercer atividades privativas de profissional da Contabilidade, sem possuir a devida formação profissional (leigo), ao participar como sócio da organização contábil.

Art. 20 do DL 9.295/46, c/c Súmula 13 do CFC. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 2.515,00 (dois mil e quinhentos e quinze reais, referente a 05 (cinco) anuidades previstas no art. 27 "b" do DL 9.295/46. c/c art. 56 e 57, da Res. CFC 1.603/2020 e com a Res. CFC 1.605/2020, em razão da não regularização da infração, visto que a autuada permanece em situação irregular. Decisão: aprovado por unanimidade. **Processo nº 2021/009056 -**

Exercer atividades privativas de profissional da Contabilidade, sem possuir a devida formação profissional (leigo), ao participar como sócio da organização contábil

Art. 20 do DL 9.295/46, c/c Súmula 13 do CFC. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 2.515,00 (dois mil e quinhentos e quinze reais, referente a 05 (cinco) anuidades previstas no art. 27 "b" do DL 9.295/46. c/c art. 56 e 57, da Res. CFC 1.603/2020 e com a Res. CFC 1.605/2020, considerando que não foi adotada qualquer providência para sanar a infração, há de se concluir pelo exercício ilegal da profissão. Decisão: aprovado por unanimidade. **PROCESSOS RELATADOS PELO**

**CONSELHEIRO VALTENIR VITOR NASCIMENTO. Processo nº 2021/009032 -**

Exercer atividades privativas de profissional da Contabilidade, sem possuir a devida formação profissional (leigo), ao participar da Organização Contábil, Art. 20 do DL 9.295/46, c/c Súmula 13 do CFC. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 2.515,00 (dois mil, quinhentos e quinze reais), nos termos da alínea "b" do Art. 27 do DL 9.295/46, combinado com o art. 56 e art. 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.605/20, considerando que não foi adotada qualquer providência para sanar a infração, há de se concluir pelo exercício ilegal da profissão. Decisão: aprovado por unanimidade. **Processo nº 2021/009033 -**

Explorar atividades contábeis através de Organização Contábil, sem registro cadastral no CRCCE e falta de estruturação legal. Art. 15 do DL 9.295/46, e com Arts. 1º e Art. 3º, incisos I e II CFC 1.555/18. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 1.006,00 ( mil e seis reais) conforme alínea "b" do Art. 27 do DL 9.295/46, com art. 56 e art. 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.605/20, considerando que não foram adotadas as determinações necessárias no sentido de sanar a pendência junto ao CRCCE. Decisão: aprovado por unanimidade. **Processo nº 2021/009036 -**

Manter em funcionamento a organização contábil

sem averbação da alteração contratual no CRCCE referente à transformação da empresa individual em sociedade. Art.15 do DL 9.295/46, c/c arts. 21, § 1º e com art. 6º, § 1º e art. 21 da Res. CFC 1.555/18. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 1.006,00 (Hum Mil e Seis reais) conforme alínea b" do Art. 27, do DL 9.295/46, com art. 56 e art. 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.605/20, em razão da não regularização da infração, visto que a

Organização Contábil permanece em situação irregular. Decisão: aprovado por unanimidade. **Processo nº 2021/009048** - [REDACTED]

[REDACTED] Deixar de efetuar a averbação de alteração contratual (nome da razão social, alteração de sócio e endereço) da organização contábil [REDACTED]

[REDACTED] junto ao setor de registro do CRC-CE. Art. 15, parágrafo único, do DL 9.295/46 e com art. 6º, § 1º e art. 21 da Res. CFC 1.555/18. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 1.006,00 (mil e seis reais), nos termos da alínea "b" do Art. 27 do DL 9.295/46, combinado com o art. 56 e art. 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.605/20, considerando que o responsável legal pela empresa autuada não se manifestou em nenhuma das oportunidades. Decisão: aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta, o Conselheiro José Elielder Clares de Sousa, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos do dia onze do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois. A presente ata foi redigida por mim, Morgana Feijó da Gama, que a assino após sua aprovação, juntamente com o Vice Presidente de Fiscalização e com os demais Conselheiros.

CT JOSÉ ELIELDER CLARES DE SOUSA,

CT LUIZ RODRIGO FERREIRA GOMES DO NASCIMENTO

CT MARCOS AURÉLIO TAVARES

CT FRANCISCO RONNEY ARAUJO ZUZA

CT VALTENIR VITOR NASCIMENTO

CT SOLANIA PESSOA VERAS

ELEN KLEZEVSKI PIMENTEL

MORGANA FEIJÓ DA GAMA

Fortaleza, 11 de maio de 2022.